

**RECURSO EXTRAORDINÁRIO COM AGRAVO 919.715 RIO DE JANEIRO**

**RELATOR** : MIN. GILMAR MENDES  
**RECTE.(S)** : UNIÃO  
**PROC.(A/S)(ES)** : ADVOGADO-GERAL DA UNIÃO  
**RECDO.(A/S)** : ANA LUCIA DE AMORIM  
**ADV.(A/S)** : TATIANA BATISTA DE SOUZA D'ASSUMPÇÃO

**DECISÃO:** Trata-se de agravo interposto contra decisão de inadmissibilidade de recurso extraordinário em face de acórdão do Tribunal Regional Federal da 5ª Região, cuja ementa reproduzo a seguir:

**"AGRAVO INTERNO. ACUMULAÇÃO DE CARGOS.**

I - A carga horária descrita nos documentos anexados aos autos torna compatível, em tese, a acumulação desejada, nos termos a Constituição Federal e da legislação infraconstitucional pertinente. Não se pode admitir que um simples Parecer da AGU, ato administrativo, desprovido de força de lei, inove, criando outras exigências não previstas na Lei e na Constituição Federal para a cumulação pretendida, limitando o somatório das duas cargas horárias a sessenta horas semanais, a restringir ilicitamente o direito da impetrante.

II - Agravo Interno improvido" (eDOC 7, p. 27)

Opostos embargos de declaração, estes foram rejeitados.

No recurso extraordinário, interposto com fundamento no art. 102, III, *a*, da Constituição Federal, sustenta-se, em preliminar, a repercussão geral da matéria deduzida. No mérito, alega-se que houve ofensa ao art. 37, XVI, "a", do texto constitucional.

Defende-se, em síntese, que inexistente compatibilidade de horários para a acumulação dos cargos do recorrido, uma vez que a carga horária da recorrida ultrapassa *"60 horas semanais, não restando comprovado que existe um período mínimo de descanso do trabalhador, requisito necessário para que seja assegurada sua própria saúde"* (eDOC 9, p. 7).

É o relatório.

Decido.

**ARE 919715 / RJ**

As razões recursais não merecem prosperar.

Verifico que o Tribunal de origem, com fundamento no conjunto fático-probatório dos autos consignou que a jornada de trabalho da recorrida permite a cumulação de cargos.

Desse modo, para se entender de forma diversa do assentado pelo acórdão recorrido, faz-se imprescindível a revisão dos fatos e provas analisados, o que não é possível em sede de recurso extraordinário, conforme disposto no Enunciado 279 da Súmula do STF. Nesse sentido, confira-se o AI-AgR 733.152, Rel. Min. Eros Grau, DJe 17.4.2009:

“AGRAVO REGIMENTAL NO AGRAVO DE INSTRUMENTO. ADMINISTRATIVO. PROCESSO SELETIVO. ACUMULAÇÃO DE CARGOS. INCOMPATIBILIDADE DE HORÁRIO. IMPOSSIBILIDADE. SÚMULA 279/STF. Reexame de fatos e provas. Inviabilidade do recurso extraordinário. Súmula n. 279 do Supremo Tribunal Federal. Agravo regimental a que se nega provimento.”

Ante o exposto, conheço do presente agravo para negar seguimento ao recurso extraordinário (art. 544, § 4º, II, “b”, do CPC).

Publique-se.

Brasília, 5 de outubro de 2015.

Ministro **GILMAR MENDES**

Relator

*Documento assinado digitalmente*